REQ 00032/2025



REQUERIMENTO Nº DE - CCT

Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2197/2025, que "altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para estabelecer regras para exportação de minerais portadores de elementos terras raras não beneficiados ou não transformados".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Nélio Fernando Reis, Professor Universitáriodoutor em engenharia de produção. Autor do livro "Terras Raras: Poder e Independência";
- o Senhor Marco Túlio Naves, Geologo, mestre pela UnB. Diretorexecutivo da Fides Mining;
- o Senhor Felipe Tavares, Geólogo, doutor pela UFRJ. 20 anos de experiência em ouro, cobre, urânio e terras raras;
- o Senhor Dener Siqueira, Engenheiro, mestre em processamento e concentração mineral. Empresário da mineração, sócio-fundador da Mg Óxidos Mineração, Mg Agro Fertilizantes e Viva Mineração;
- o Senhor Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 2.197, de 2025, propõe alterações no Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), com o objetivo de estabelecer regras para a exportação de minerais portadores de elementos terras raras não beneficiados ou não transformados.

A proposta busca evitar a saída do país de recursos minerais estratégicos em estado bruto, estimulando a agregação de valor e o fortalecimento



da indústria nacional. Trata-se de tema de alta relevância para o desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil, tendo em vista que as terras raras são insumos essenciais para setores de ponta, como o de energia renovável, mobilidade elétrica, semicondutores, defesa e eletrônicos avançados.

Diante da complexidade e da importância do tema, entende-se necessária a realização de audiência pública para instruir a matéria, com foco na definição de estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva de terras raras no Brasil.

Nessa Audiência Pública pretende-se, assim, reunir os principais atores, reunindo especialistas, do setor acadêmico, da comunidade industrial, de entidades ambientais e representante do governo, a fim de discutir medidas que favoreçam a pesquisa, o beneficiamento, a industrialização e a sustentabilidade na exploração desses minerais.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2025.

Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS - RS)